

Ata da 33ª Reunião do Fórum Permanente de Assuntos Relacionados ao Setor Energético do Estado de Goiás.

Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, com início às nove horas, realizou-se a trigésima terceira reunião oficial do Fórum Permanente de Assuntos Relacionados ao Setor Energético do Estado de Goiás. Devido à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) o encontro ocorreu de forma remota por meio do aplicativo Zoom. A reunião foi promovida pelo dirigente do Fórum e presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Goiás, deputado Virmondes Cruvinel, com a participação e coordenação de pauta da Associação dos Prossumidores de Energia Elétrica – APEEL. O deputado Virmondes iniciou esta primeira reunião do ano informando a satisfação de ter sido reconduzido, para o biênio 2021-2022, à presidência da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e, conseqüentemente, à coordenação deste Fórum vinculado à Comissão de Minas e Energia. Agradeceu a presença de todos e a participação da APEEL e dos palestrantes: Alessandro Gardemann, presidente da Associação Brasileira do Biogás (ABiogás) e Joaquim Rolim, coordenador de Energia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e diretor técnico da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD). O parlamentar ressaltou a busca constante de se estreitar cada vez mais um trabalho em parceria com as entidades que compõem o Fórum e a relevância deste para a disseminação do conhecimento, para discussão e efetivação do aproveitamento energético a partir de variadas fontes renováveis, como biomassa, solar e hídrica, e por meio de todas as alternativas de Geração Distribuída, como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Central Geradora Hidrelétrica (CGH). Anunciou o tema da reunião - Fontes Renováveis de Energia no Brasil: marco regulatório, desafios e possibilidades para Goiás. Uma pauta atual que traz para o conhecimento o novo marco regulatório do Gás Natural, aprovado recentemente pelo Congresso Nacional, denominado Lei do Gás. Em seguida, passou a palavra à professora Danúsia Arantes, presidente da APEEL e mediadora deste encontro. Danúsia fez a apresentação dos dois palestrantes e uma breve introdução sobre a pauta do dia. O primeiro a discorrer sobre o tema foi o presidente da ABiogás, Alessandro Gardemann, que falou sobre o novo marco regulatório do Gás Natural, ou seja, sobre a Lei n o 14.134, de 8 de abril de 2021, sancionada, sem vetos, pelo presidente Jair Bolsonaro no dia de ontem. O palestrante destacou o cenário de possibilidades, sobretudo para o estado de Goiás, que conforme ele, possui grande potencial e vantagens pela localização e aptidão agropecuária da região. “O potencial do biogás é gigantesco, no coração do Brasil. Exatamente, levando oferta de gás onde não tem gás”, apontou Alessandro. O uso do biogás, a partir da biomassa, é importante para descarbonizar a produção, além de apresentar oportunidade para maior geração de empregos. O presidente da ABiogás também abordou a importância da atualização do marco regulatório estadual, visando segurança jurídica, estabilidade e adequação regional, além da questão da viabilização e desconcentração do mercado do gás para que novos participantes ofereçam gás de forma local com menor custo,

intermitente e renovável. Dentre trabalhos e exemplos de sucesso, Alessandro apontou a atividade que tem sido desenvolvida pela empresa Jalles Machado, situada em Goianésia-GO; o trabalho de associações e cooperativas paraenses; o projeto da cidade paulista de Presidente Prudente; a produção de gás natural proveniente do aterro sanitário da cidade de Fortaleza-CE; além dos avanços nas políticas públicas e na legislação dos estados de São Paulo e Bahia. Após a apresentação, a mediadora Danúsia Arantes abriu espaço para perguntas e considerações. Aproveitando a oportunidade, Clayton Paiva, representante do setor de combustível, pontuou a subutilização da estrutura de gasoduto existente no estado, ressaltando a necessidade de incentivar a produção de gás para otimização desta estrutura, visando, inclusive, a redução do custo do gás de cozinha em Goiás. A segunda palestra, intitulada - Benchmarking Internacional na Regulação da Geração Distribuída (GD) -, foi realizada pelo coordenador de Energia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), o engenheiro eletricitista Joaquim Rolim. Em sua exposição, o engenheiro abordou diversas realidades e estudos internacionais, com especial foco na geração de energia fotovoltaica. Segundo ele, o Brasil, apesar do avanço dos últimos anos e, sobretudo, devido ao seu alto potencial energético para energia solar, eólica e de biomassa, ainda tem muito a melhorar na área. Falou também sobre o sistema de compensação de energia elétrica aplicado à energia solar e eólica adotado pelo Brasil e por vários outros países, o Net Metering, e sobre o PL 5829/2019 direcionado a microgeradores e minigeradores do sistema. Joaquim entende que ao tratar das tarifas desse sistema não se pode pensar basicamente nos custos da geração distribuída, mas especialmente no benefício desta. Terminada a explanação, Danúsia Arantes abriu o momento de escuta dos membros e participantes do fórum, buscando esclarecer dúvidas, levantar sugestões, demandas e encaminhamentos. O participante Max Borges, por exemplo, solicitou uma maior abordagem sobre a questão da taxa do ICMS na energia solar. A vice-presidente da APEEL, dra. Thawane Larissa Silva, esclareceu que já vem sendo desenvolvido pela APEEL, em conjunto com o Fórum, um estudo sobre a questão e que em breve este assunto será discutido neste. Já o Dr. Augusto sugeriu a inclusão de uma pauta sobre incineração de lixo por meio de um equipamento e método brasileiro, o qual ele conhece. Finalizando o encontro, o Deputado Virmondos encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Goiás.



Dep. Estadual Virmondos Cruvinel
Presidente da CME